

O descompasso entre ver e dizer o jornalismo¹

Clarissa Corrêa Henning²

O mundo do trabalho, de forma geral, vem passando por uma prodigiosa transformação. E as profissões cuja prática recai sobre o chamado trabalho imaterial (HARDT e NEGRI, 2010) são especialmente reestruturadas por tal deslocamento – incluindo aí o jornalismo. Nesse sentido, parece oportuno revisitar os conceitos teóricos que definem o que é o jornalismo e quem é o sujeito jornalista. Isso porque a impressão é que a brecha entre teoria e prática se amplia cada vez mais. Existe um vão entre o que se diz e o que se vê sobre as práticas do jornalismo e o lugar do jornalista na atualidade. É preciso aqui deixar claro que não se nega a existência ou a importância da grande redação, mas que hoje ela convive cada vez mais com formas diferentes de se fazer jornalismo. Além disso, ela mesma – a grande redação – se encontra atravessada por regimes de trabalho diferentes, com profissionais contratados por tempo indeterminado ou não, presentes na redação ou trabalhando de casa, organizada tanto por equipes focadas em projetos de curto prazo quanto por jornalistas empenhados na cobertura de notícias de rotina.

Em tal contexto, marcado por uma miríade de diferentes formas de trabalho, Deuze e Witschge (2015) destacam que o trabalho acadêmico, em sua maioria, segue normalizando um objeto cada vez mais difícil de ser contido. Qual a atualidade de conceitos como “comunidade interpretativa”³ (TRAQUINA, 2013) ou “ritual estratégico”⁴ (TUCHMAN, 1999) em um mundo onde, por um lado, a instabilidade da profissão torna comum a efemeridade dos laços de trabalho entre colegas (portanto, também fragilizando alguns procedimentos de trabalho antes compartilhados) e, por outro, pluraliza tanto os tipos de empresas jornalísticas quanto os modos de produção da notícia?

¹ Trabalho apresentado na 4ª Jornada Brasileira de Sociologia/ 1ª Jornada Brasileira de Ciência Política, no GT Trabalho e Organizações, realizada na UFPel em novembro de 2015.

² Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ) e doutoranda em Ciências da Comunicação (Unisinos).

³ A comunidade interpretativa evidencia, segundo Traquina, uma forte identidade profissional entre os jornalistas, “isto é, um *ethos*, uma definição da maneira como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo)” (2013, p. 34, grifos do autor).

⁴ Tuchman destaca o ritual estratégico – e obrigatório – seguido pelos jornalistas e que serve de escudo para as eventuais críticas ao seu trabalho. Fazem parte do ritual estratégico a verificação dos “fatos”, a exposição de falas divergentes (o que permitiria ao leitor decidir quem diz a verdade e quem a distorce), a apresentação de provas auxiliares (os “fatos” que suplementam a notícia), o uso das aspas (o que permite ao jornalista indicar que não é ele, mas a fonte – e os “fatos” – quem fala) e a aplicação da pirâmide invertida na estrutura da notícia.

É certo que o *freelancer* há muito tempo existe na prática do jornalismo. Porém, como ensinam Deuze e Witschge, o importante é perceber que esse trabalho atípico hoje é o mais comum – e não o contrário. Assim, a construção do jornalismo como objeto científico tende a silenciar sobre o impacto que os sucessivos regimes de trabalho esporádicos e cruzados têm sobre as práticas. E sobre os próprios jornalistas.

Esses jornalistas são ignorados pelas pesquisas acadêmicas sobre a população de jornalistas ao redor do mundo. O mesmo vale para o trabalho que eles fazem, como eles o fazem e o que ser um jornalista significa para eles. (DEUZE e WITSCHGE, 2015, p. 7).

Pensar sobre a constituição epistemológica de uma área do saber é pensar sobre as práticas discursivas que lhe dão lugar. O conjunto das relações que liga tais práticas discursivas é o que Foucault (2010) chama de *episteme*. A busca não é pela origem, mas pela identificação da racionalidade que emerge no presente: como operam os “limiões epistemológicos” que quebram a linearidade da história conceitual e assim introduzem os conhecimentos em um tempo novo?

Tanto as práticas da redação quanto as práticas da academia são espaços singulares de luta que ajudam a definir o que é o jornalismo. Mesmo que o regime de práticas da academia e o dos profissionais da notícia guardem distância entre si, o mercado e a universidade são aparelhos de saber que produzem e fazem circular um regime de verdade sobre o jornalismo.

Bachelard (2001) destaca a importância filosófica da epistemologia, no sentido de que é impossível separar o objeto de seus efeitos. E se é a organização dos objetos que dá forma à realidade, o fenômeno analisado carrega em si a inscrição de quem busca determiná-lo. Assim, a caótica percepção do pesquisador exige uma organização racional que classifique e projete a sequência da investigação. Fatos são idéias racionalizadas que, encadeadas, os valida como científicos. E o deslocamento da idéia ao fato só é possível porque “um longo preâmbulo de pensamentos científicos” lhe precedeu:

[...] o racionalismo é uma filosofia que não tem começo; o racionalismo pertence à ordem do recomeço. Quando o definimos em uma de suas operações, há já muito tempo que ele recomeçou. Ele é a consciência de uma ciência retificada, de uma ciência que tem a marca da ação humana, da ação refletida, industriosa, normalizante. (BACHELARD, 2001, p. 34).

Por seu turno, Feyerabend (2007) ensina que, no exercício da ciência, eventualmente é profícuo não só ignorar a regra, mas adotar a regra oposta. Ao problematizar a chamada condição de coerência, a investigação questiona a

antiguidade e a familiaridade das teorias estabelecidas. Dada a força de tais teorias na comunidade acadêmica, Feyerabend aconselha ser válido fazer crescer o número de fatos incompatíveis com a teoria – e não aumentar o número de hipóteses incompatíveis. Se relatos de observação e resultados experimentais tendem a encarnar pressupostos teóricos – e se são construídos de maneira a confirmar estes últimos – os preconceitos só podem ser descobertos por contraste, nunca por análise. Assim, a melhor forma de proceder na investigação é usar uma metodologia plural que lance mão de uma gama de teorias parcialmente superpostas, mas sem serem consistentes entre si. A metodologia pluralista, evitando deliberadamente o sistema de afirmação, produz aumento do conteúdo empírico.

A nova configuração produtiva é um ponto de partida para inúmeras discussões sobre o jornalismo. Existem pesquisadores da área que chamam a atenção, por exemplo, para a impossibilidade de continuarmos limitando a legitimidade jornalística à obrigatoriedade do diploma. Ivana Bentes, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e até recentemente diretora da Escola de Comunicação dessa mesma instituição, defende que “A Comunicação e o jornalismo são importantes demais para serem ‘exclusivas’ de um grupo de ‘profissionais’”. A Comunicação e o jornalismo hoje são um ‘direito’ de todos, que será exercido por qualquer brasileiro, com ou sem diploma” (BENTES, 2009, grifos da autora). Além de destacar uma conjuntura que já não tem força para restringir as práticas jornalísticas às grandes empresas de comunicação e suas redações, Bentes problematiza a ligação entre a necessidade do diploma e a submissão à lógica patronal:

A idéia de que para ter ‘direitos’ é preciso se ‘assujeitar’ a uma relação de patrão/empregado, de ‘assalariamento’, é uma idéia francamente conservadora! [...] As Universidades não precisam formar os ‘peões’ diplomados, mas jovens capazes de exercer sua autonomia, liberdade e singularidade, dentro e fora das corporações, não profissionais ‘para o mercado’, mas capazes de ‘criar’ novos mercados, jornalismo público, pós-corporações. (BENTES, 2009, grifos da autora).

As novas formas e possibilidades de fazer jornalismo devem sim ser investigadas, mas penso que tais estudos não podem prescindir de uma análise mais pormenorizada sobre as práticas ditas “empreendedoras” ou “criativas”, visto que elas derivam de um pano de fundo articulado não só aos elementos estéticos ou à pretensa liberdade derivada das inovações tecnológicas.

Além da proliferação de micro e pequenas empresas, novas figuras operacionais tem aparecido nos últimos tempos. Uma delas é o MEI – Microempreendedor Individual, registro para empreendedor informal que presta serviços simples como autônomo. Alguns jornalistas têm usado esse tipo de registro⁵ para trabalhos *freela* – seja pelas facilidades no pagamento de impostos, seja para a geração de notas fiscais. E já existem anúncios de vagas de trabalho exigindo a figura do MEI para a contratação de serviços voltados à área do jornalismo. A figura do MEI parece ser emblemática no contexto de empregabilidade atual e servir como um paliativo em tempos de crise.

A proliferação de pessoas jurídicas parece ser uma exigência do trabalho em rede, que usa a terceirização e até a quarteirização na elaboração de seus produtos. Para exemplificar tais dinâmicas no jornalismo, é oportuna a pesquisa da professora Roseli Fígaro, da USP, que investigou as mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas de São Paulo:

As empresas de comunicação e também as teleoperadoras, agora com o conteúdo para celular, subcontratam agências de conteúdos que recontratam *freelancers* e assim se tem a grande empresa e seus satélites. [...] Esses núcleos, satélites de produção, que fornecem conteúdo e outros serviços, têm geralmente uma pequena equipe que, quando não é multidisciplinar, composta por profissionais de jornalismo, relações públicas e publicidade, tem um desses profissionais exercendo as diferentes funções: idealização de projetos, venda de projetos, produção, realização, comercialização. É o *faz tudo* característico da microempresa, ou melhor, da pessoa jurídica *eu* sujeito que responde, econômica e juridicamente, como organização. (FÍGARO *et al*, 2013, p. 103, grifos dos autores).

Retomando Feyerabend, para a presente proposta de pesquisa seria importante levantar dados quantitativos com relação aos tipos de contrato de trabalho na área e/ou mapear os números de admissões e demissões no mercado de trabalho formal do jornalismo, mas confesso ainda não saber como proceder com relação a esse ponto. Um banco de dados que talvez possa ajudar nesse sentido é o RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais -, mas estou enfrentando muitas dificuldades para usar a plataforma.

Além disso, acredito que vou encontrar dificuldades na investigação dos MEI, porque em princípio o trabalho como jornalista não pode ser praticado via MEI. Mas não gostaria de abrir mão dessa tentativa, justamente porque a figura do

⁵ Atividades permitidas ao MEI que alcançam atividades jornalísticas, de acordo com o Anexo III da Resolução 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional: “Apurador(a), coletor(a) e fornecedor(a) de recortes de matérias publicadas em jornais e revistas”; “Editor(a) de lista de dados e de outras informações”; “Editor(a) de revistas”; “Editor(a) de vídeos”; “Editor(a) de jornais diários”; “Editor(a) de jornais não diários”.

microempreendedor é emblemática do processo de precarização das relações de trabalho na atual economia produtiva. É oportuno também lembrar aqui que Foucault (2007) descreve os saberes dominados como os conteúdos históricos que foram ignorados ao serem engessados em sistematizações formais e funcionais. Por outro lado, esses saberes também são entendidos como os que foram desqualificados por não se adequarem à ordem discursiva, que enaltece o saber científico e desautoriza o saber das pessoas. Aqui, estes saberes dominados não devem ser entendidos como comuns, mas particulares – eles são incapazes de unanimidade. As genealogias, assim, são entendidas como anti-ciências, porque elas combatem exatamente os efeitos de poder de um discurso considerado científico ao reativarem os saberes dominados de forma a habilitá-los para a luta.

Sem dúvida, a teorização do jornalismo precisa estar alinhada às novas práticas que a tecnologia permitiu. Mas além dessas transformações atravessarem e alterarem as rotinas produtivas, uma mudança estrutural na economia e nos contratos de trabalho desloca profundamente a constituição do sujeito jornalista. E justamente por isto, tanto o jornalismo como “objeto teórico” quanto a suposta autonomia de quem trabalha com a informação devem ser pensados tendo em vista as transformações que atingem a subjetividade de quem contrói o jornalismo. E o constrói, cada vez mais, em espaços alheios aos das grandes redações e independente de contratos de trabalho formais.

Referências:

- BACHELARD, Gaston. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2001
- BENTES, Ivana. Os pré-cogs estão chegando. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/carta_capital_36679> Acesso em 17 junho 2010.
- DEUZE, Mark e WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. Leituras do Jornalismo, ano 2, vol 2, n 4, 2015.
- FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Unesp, 2007.
- FÍGARO, Roseli et all. As mudanças no mundo do trabalho do jornalista. São Paulo: Atlas, 2013.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo – a tribo jornalística. Florianópolis: Insular, v. II, 2013.
- HARDT, Michel e NEGRI, Antônio. Império. Rio de Janeiro: Record. 2010.
- TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999, p 74-90.